

ÍNDICE GERAL

Nota do autor	7
Introdução	15

Capítulo I – Sistemas Probatórios. Fundamentação das Decisões Judiciais de Facto e de Direito

1. Sistemas probatórios	21
2. Sistemas probatórios irracionais	23
2.1. Prova irracional	23
2.1.1. Em Portugal	26
3. Sistemas probatórios racionais	27
3.1. Sistema da prova legal ou tarifada	27
3.1.1. Em Portugal	29
3.2. Sistema de prova livre	30
3.2.1. Considerações gerais	30
3.2.2. Conceito de prova livre	35
3.2.3. Em Portugal	37
4. O dever de fundamentar as decisões judiciais	38
4.1. Evolução histórica em Portugal	38
4.2. Importância da fundamentação das decisões judiciais	41
4.3. Fundamentação da decisão sobre a matéria de facto no processo civil e no processo penal – Evolução histórica em Portugal	45
5. Conclusão	52

Capítulo II – Realidade – Causalidade – Intencionalidade – Factos – Verdade e Convicção

1. Considerações gerais	55
2. A Realidade	56
2.1. Níveis da realidade	58
2.1.1. Realidade social	61
2.2. Prática judiciária	64
3. A Causalidade	65
3.1. Conceito	65
3.2. Relevância da causalidade na análise ou exame crítico das provas	69
3.2.1. Prática judiciária	71
3.3. Capacidade reflexiva das coisas	72
3.3.1. Prática judiciária	74
4. A Ação humana	75
4.1. Considerações gerais	75
4.2. Racionalidade	76
4.3. Aspeto interno e externo da ação	77
4.4. A abstenção	78
4.5. Necessidades, interesses, desejos, motivos, razões e fins	79
4.6. Crenças	83
4.7. A intenção	84
4.8. Meios	86
4.9. Fins	86
4.10. A decisão	87
4.11. Resultado e consequências	87
4.12. O agente	87
4.13. Tudo em rede	88
4.14. O sentido da ação	89
4.15. A ação negligente	90
4.16. Alguns tipos de ações	94
4.17. Diversas descrições da mesma ação	95
4.18. Vinculação das diversas fases da ação à respetiva intenção	97
4.19. Identidade da ação	98
4.20. Relevância da intencionalidade na análise ou exame crítico das provas	102
5. Os factos	108
5.1. Alegação dos factos	110
5.2. Conteúdo empírico das proposições factuais	111
6. Verdade e convicção	113

Capítulo III – A Explicação dos Factos

1. A Explicação dos factos – Conceito	117
1.1. Prática judiciária	118
2. A explicação causal dos factos	120
2.1. Considerações gerais	120
2.2. A explicação nomológico-dedutiva	122
2.3. Explicações probabilísticas	124
2.4. A presença do raciocínio indutivo no modelo de explicação causal	125
2.4.1. Prática Judiciária	128
2.5 Simetria entre a explicação e a previsão	129
2.5.1. Relevância da simetria explicação/previsão na investigação e identificação das provas e na análise crítica das provas	130
2.5.1.1. Prática Judiciária	135
3. A explicação teleológica – Quando os factos são ações humanas	136
3.1. Determinação da intenção tida pelo agente	141
3.2. Silogismo prático	144
3.3. Ações negligentes	147
4. A explicação quase-causal de Von WRIGHT	149
5. Valor epistemológico da explicação	151
6. Determinação dos factos a partir dos seus efeitos lineares e dos seus efeitos laterais ou reflexos	152

Capítulo IV – Sintomas de Verdade

1. Considerações gerais	155
2. Um caso de descoberta científica	156
3. Sintomas de verdade revelados pela hipótese explicativa quando esta corresponde à realidade	160
3.1. A coerência da hipótese	160
3.2. Simplicidade da hipótese	161
3.2.1. Prática judiciária	162
3.3. A probabilidade da hipótese	164
3.3.1. Prática judiciária	165
3.4. Relevância explicativa da hipótese	168
3.5. A testabilidade empírica da hipótese	170
3.5.1. Prática Judiciária	170
3.6. Corroboração da hipótese explicativa e resistência à refutação	173
3.6.1. Hipóteses « <i>ad hoc</i> »	182

3.7. Quantidade e diversidade das provas	187
3.7.1. Prática judiciária	191
3.8. Confirmação da hipótese por novos elementos factuais (provas) não contemplados inicialmente na hipótese	194
3.8.1. Prática judiciária	196
4. A hipótese factual declarada provada deve consistir na melhor explicação	199
5. Natureza dos sintomas de verdade	201
6. Importância dos sintomas de verdade	202

Capítulo V – Provas

1. Considerações gerais	207
1.1. As provas são provas de quê?	208
2. Meios de prova	210
2.1. O meio de prova não é o facto a provar ou declarado provado	211
3. Por que razão um facto é prova de outro facto?	212
4. A prova de um facto é, em regra, outro facto	217
5. Provas que não representam o facto a provar	218
5.1. Considerações gerais.	218
5.2. Prova indiciária ou por presunção	223
5.2.1. Considerações gerais	223
5.2.2. As regras de experiência	224
5.2.2.1. Natureza das regras de experiência	225
5.2.2.2. Noção	230
5.2.2.3. Diversidade e fiabilidade das regras de experiência.	231
5.2.2.4. Trivialidade de algumas regras de experiência	234
5.2.2.5. Regime jurídico-processual das regras de experiência	235
5.2.2.6. Importância das regras de experiência na análise ou exame crítico das provas	237
5.3. Indícios	238
5.3.1. Noção de indício	238
5.3.2. Importância da prova indiciária	242
5.3.3. Lugar dos indícios na estrutura da explicação	244
5.3.4. Relevância dos indícios	250
5.3.4.1. Gravidade, precisão e concordância dos indícios	252
5.3.4.2. Quantidade e qualidade dos indícios	253
5.3.4.3. Relevância dos indícios para a prova dos factos do foro interno do agente	254
6. Provas que representam o facto a provar	257

6.1. Razão por que a prova representativa contribui para a formação da convicção do juiz	259
6.2. Algumas considerações sobre prova testemunhal	261
6.2.1. Em que consiste ser testemunha	261
6.2.2. Relação entre a testemunha e o facto afirmado	263
6.2.3. Por que razão as afirmações da testemunha constituem prova?	266
6.3. Credibilidade da testemunha	266
6.4. Prova testemunhal e convicção do juiz	267
6.4.1 Quando a prova disponível é apenas testemunhal	267
6.4.2 Quando a prova disponível conjuga prova testemunhal, factos indiciários resultantes de depoimentos, prova documental e/ou pericial	271
6.5. Um exemplo de valoração da prova testemunhal	272
6.6. Um exemplo de valoração da prova produzida pelo ofendido em processo penal	274
6.7. Quando a prova representativa é apenas pericial ou documental	278
7. Falsas lacunas probatórias	278
8. Superação de lacunas factuais	280
9. Em que consiste provar um facto ou versão factual? O que faz de um facto uma prova?	285

Capítulo VI – Análise Crítica das Provas

1. Análise crítica das provas	287
1.1. Considerações gerais	287
1.2. Conceito	287
1.3. Análise crítica das provas e ónus da prova	289
1.4. Análise crítica da prova em processo civil e em processo penal: unidade ou dualidade de critérios?	290
1.4.1. Processo civil	291
1.4.2. Processo penal	294
1.5. O princípio <i>in dubio pro reo</i>	295
1.6. Amplitude da relação entre a análise crítica das provas e a formação da livre convicção do juiz	298
2. Análise crítica das provas na doutrina e jurisprudência nacionais.	
Ausência de critérios gerais de decisão	300
2.1. Doutrina nacional	300
2.1.1. Algumas contribuições mais significativas: a ideia de causalidade como base da racionalidade probatória; contraprova e corroboração; inferência abductiva	306

2.2. Jurisprudência nacional	309
2.2.1. Inexistência de uma metodologia utilizável pelo juiz que lhe mostre «como se faz» a análise crítica das provas	311
3. Metodologia para a decisão da matéria de facto	312
3.1. Subsídios fornecidos pela filosofia das ciências – Raciocínio por abdução e método hipotético-dedutivo	312
3.1.1. Inferência por abdução	313
3.1.2. O método hipotético-dedutivo	314
3.1.3. Conjugação entre raciocínio abduativo e método hipotético-dedutivo	318
3.1.4. Apreciação crítica	319
3.2. Ensaio de um método	322
3.2.1. Considerações gerais	322
3.2.2. A reconstituição da realidade histórica e a convicção	324
3.2.3. Um exemplo de fundamentação da decisão da matéria de facto	325
3.2.4. Método	333
3.2.4.1. Regras lógicas e epistemológicas	333
3.2.4.2. Provas	335
3.2.4.3. Comparação das hipóteses factuais	335
3.2.4.4. Seleção das provas que explicarão cada uma das hipóteses	336
3.2.4.5. Indagação de uma explicação para os factos submetidos a prova	336
3.2.4.6. Valoração conjunta da prova indiciária e representativa	338
3.2.4.7. Formação da convicção	338
3.2.4.8. Prevalência de uma hipótese factual sobre a outra ou outras hipóteses factuais concorrentes	341
3.2.5. Modo de exposição da convicção na sentença	342
3.2.6. Síntese final	342

Anexo

Tabela de comparação entre uma hipótese de facto que corresponde à realidade (verdadeira) e uma outra que não lhe corresponde (falsa)	351
Bibliografia	355